



Secretaria da
Justiça e Cidadania



**SÃO
PAULO**
GOVERNO
DO ESTADO

Formação para a defesa e a promoção dos Direitos humanos no mundo Jurídico e da Segurança Pública

Aula - Judiciário e sociedade: perícias criminais e assistência técnica



Professora: Dra. Flavia Medeiros

Cientista Social, Mestre e Doutora em Antropologia/UFF

Professora Adjunta do Departamento de Antropologia/UFSC

Professora permanente Programa de Pós Graduação em Antropologia/UFSC

Coordenadora da Lupa - Laboratório Universitário de Política, Direitos, Conflitos e Antropologia

Pesquisadora do Gepadim - Grupo de estudos e pesquisa em antropologia do direito e das moralidades e do INCT-InEAC - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologias em Estudos Comparados de Administração de Conflitos



Eduff, 2016



Autografia,
2018



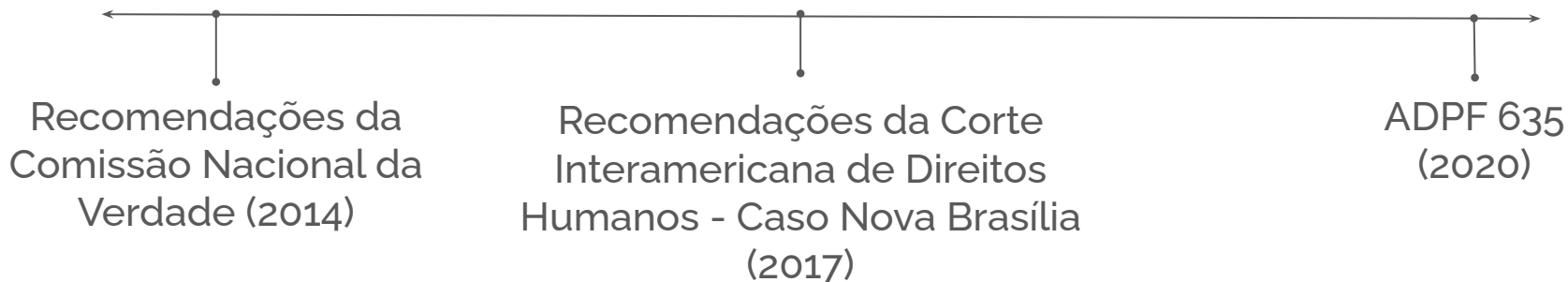
IVH/FES, 2020

Autora dos livros Matar o morto: uma etnografia do instituto médico legal do Rio de Janeiro (Eduff, 2016); Linhas de investigação: uma etnografia das técnicas e moralidades numa Divisão de Homicídios da Polícia Civil do Rio de Janeiro (Autografia, 2018) e do relatório Políticas de Perícia Criminal na Garantia dos Direitos Humanos (IVH, FES 2020)

Aula - Judiciário e sociedade: perícias criminais e assistência técnica



Políticas públicas de perícia, sistema de justiça e segurança pública, direitos humanos



Organização



1. Introdução: sistema(s) de justiça e segurança pública brasileiro
2. A formação e profissionalização de peritos oficiais:
3. Autonomia e Independência da Perícia:
4. Protocolos, cadeia de custódia e sistema de qualidade na produção de laudos:
5. Perícia como política pública:

- **Introdução: sistema de justiça e segurança pública brasileiro**



- a) Investigação e elucidação: a impunidade como regra.
- b) Registro Cartorial e Inquérito Policial: onde está a verdade pericial?
- c) Classificações e categorias: o caso das mortes violentas

A formação e profissionalização de peritos oficiais:



1. Cursos profissionais de formação, capacitação e qualificação.
2. O perfil dos cursos oferecidos aos profissionais da Polícia Técnico-Científica. (Peritos, técnicos e assistentes)
3. Cursos oferecidos por universidades (privadas e públicas), instituições, ONG's e academias de polícia (civil e federal)
4. Quadro de salários e Plano de carreira

Autonomia e Independência da Perícia:

1. Reconhecimento da carreira e das classes (peritos criminais, peritos médico-legistas e peritos odontologistas).
2. Inclusão dos papiloscopistas na perícia.
3. Leis e Perícia - PL 86
4. Perícia e Polícia
5. Sistema de Perícias: Perícia Oficial e Perícia Autônoma



Protocolos, cadeia de custódia e sistema de qualidade na produção de laudos:



1. Criação, aplicação e difusão de protocolos.
2. Integração e fluxo de trabalho da perícia técnico- científica com a atividade policial investigativa e a atividade judicial processual.
3. A cadeia de custódia na atividade policial
4. Os efeitos da alteração, destruição ou adulteração de evidências nas linhas de investigação e a vulnerabilidade das provas no processo.
5. Centralização da autoridade policial (delegados de polícia) nos inquéritos e da autoridade judicial (promotores de justiça) nos processos.
6. A produção dos laudos.
7. Mecanismos externos de controle da atividade pericial.
8. Papel das instituições judiciais e atuação do Judiciário (Magistratura, Ministério Público, Defensoria Pública e CNJ)

Perícia como política pública:

1. Estrutura e institucionalização da perícia.
2. Alta quantidade de casos X Baixa resolução de casos
3. Planejamento de gastos, financiamento, efetividade e transparência na gestão de recursos.
4. Protocolos unificados para/nas perícias.
5. Defesa dos direitos humanos (memória, verdade, justiça e reparação).
6. Protagonismo de familiares e sobreviventes
7. Trabalho baseado em protocolos técnico-científicos para identificação de indícios, para coleta de evidências e na produção de provas.



Pergunta condutora para o debate

Como a atuação da perícia técnico-científica tem contribuído na reprodução de práticas, discursos e moralidades que regulam e normalizam certas violências e permitem a legitimação de práticas violadoras dos direitos humanos?

1. Quais propostas podemos construir para que a perícia atue na garantia dos direitos humanos?
2. Quais recomendações para consolidar a independência da perícia oficial?
3. De que maneira a perícia técnico científica pode incidir para minimizar as práticas e discursos que reproduzem as violências estruturais no país?
4. Como a perícia pode servir como ferramenta para a sociedade civil na luta pelo direito à memória, verdade, justiça e reparação?
5. Como garantir uma política pública nacional de perícia científica, considerando os contextos locais e as especificidades de cada região e estado?
6. Como garantir a participação de familiares e defensores de direitos humanos nos processos de construção de verdade sobre seus mortos?



Sugestão de filmes:

- Nostalgia da luz (Chile, 2010)
- O Segredo de Seus Olhos (Argentina, 2009)
- Auto de Resistência (Brasil, 2018)



Referências bibliográficas



- AZEVEDO, Desirée. HUMANITARISMO FORENSE ENTRE EXPERTISES TRANSNACIONAIS E TECNOLOGIAS DE GOVERNO O caso da Vala de Perus. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 36 N° 107, 2021.
- BRASIL. Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (1 ed. Vol. III). Brasília - DF, 2014.
- BRASIL. Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Ministério da Justiça, 2012
- CEV - SP. A formação do grupo de antropologia forense para a identificação das ossadas de Vala de Perus. Relatório - Tomo I - Parte I - A Formação do Grupo de Antropologia Forense para Identificação das Ossadas da Vala de Perus.
- EILBAUM, Lucía; MEDEIROS, Flavia. Quando existe 'violência policial'? Direitos, moralidades e ordem. Vol. 8 - no 3 - JUL/AGO/SET 2015 - pp. 407-428.
- EILBAUM, Lucía; MEDEIROS, Flavia. Onde está Juan: moralidades e sentidos de justiça na administração judicial de conflitos no Rio de Janeiro. Anuário Antropológico, Brasília, UnB, 2016, v. 41, n. 1: 9-33
- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- GIOVANELLI, Alexandre: As Ciências Forenses no Brasil Monárquico: Breve Histórico da Oficialização e Institucionalização da Função Pericial nas Investigações Criminais. Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics 9(3):394-418 (2020)
- GIOVANELLI, Alexandre: Análise exploratória dos dados gerados pela perícia oficial do estado do Rio de Janeiro: Aplicações e desafios. Research, Society and Development, v. 10, n. 9, e49410918327, 2021
- HATTORI, Marcia. et al O caminho burocrático da morte e a máquina de fazer desaparecer: propostas de análise da documentação do Instituto Médico Legal-SP para antropologia forense
- KANT DE LIMA, Roberto. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. Anuário Antropológico, v. 2, p. 25-51, 2010.
- MISSE, Michel; VARGAS, Joana. A produção decisória do sistema de justiça criminal no Rio de Janeiro ontem e hoje: um estudo preliminar. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 77: 237-260.
- MISSE, Michel; GRILLO, Carolina; TEIXEIRA, César; NERI, Natasha. Quando a polícia mata: homicídios por "autos de resistência" no Rio de Janeiro (2001 - 2011). Rio de Janeiro: NECVU; BOOKLINK, 2013. 196p.



Secretaria da
Justiça e Cidadania



**SÃO
PAULO**
GOVERNO
DO ESTADO